



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM Nº 183, DE 2008 (nº 732/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUY DE LIMA CASAES E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Os méritos do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de setembro de 2008.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal.

Brasília, 17 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RUY DE LIMA CASAES E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a Organização e *curriculum vitae* de **RUY DE LIMA CASAES E SILVA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

## **INFORMAÇÃO**

### ***CURRICULUM VITAE***

**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RUY DE LIMA CASAES E SILVA**

CPF.: 17433479791

ID.: 8505/MRE

- 1945 Filho de José Octávio Casaes da Cruz e Silva e Maria do Céu Jorge de Lima, nasce em 7 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1969 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
- 1971 CPCD - IRBr
- 1973 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
- 1973 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
- 1975 Secretaria-Geral, assessor
- 1977 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de março
- 1977 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 1978 Embaixada em Paris, Segundo Secretário
- 1979 Coordenadoria de Assuntos Políticos do Gabinete, assessor
- 1979 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1980 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1980 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
- 1980 Orden del Libertador San Martin, Argentina, Oficial
- 1980 Orden de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
- 1981 Medalha do Pacificador, Brasil
- 1983 Ordre du Mérite Ivoirien, Costa do Marfim, Oficial
- 1983 Conselheiro, por merecimento, em 27 de junho
- 1984 Ordem Real da Estrela do Norte, Suécia, Comendador
- 1984 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
- 1984 Ordem Alauita, Marrocos, Comendador
- 1985 Orden Al Mérito por Servicios Distinguidos, Peru, Comendador
- 1985 Embaixada em Roma, Conselheiro
- 1988 Embaixada em São Domingos, Conselheiro
- 1988 Ordine Al Merito della Repubblica Italiana, Itália, Comendador
- 1990 Divisão de Estudos e pesquisa de Mercado, Chefe
- 1990 CAE - IRBr, A Imunidade Jurisdicional dos Estados: Tendências Atuais
- 1991 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
- 1992 Ministro de Segunda Classe em 25 de junho
- 1992 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Ministro-Conselheiro
- 1994 GT Interministerial encarregado da organização do XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, Belém do Pará, Presidente
- 1997 Assembléia-Geral Extraordinária da OEA, Adoção da Convenção Interamericana para o Combate da Fabricação e Tráfico Ilegal de Armas de Fogo e Materiais Conexos, Washington, DC, Chefe de Delegação
- 1998 Assessoria de Relações com o Congresso, Coordenadoria Técnica, Coordenador
- 2000 Cerimonial, Chefe
- 2000 Ordem Nacional Steaua Rômâniei, Romênia, Grande Oficial
- 2001 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Grande-Oficial

2001 Orden Al Mérito de Chile, Chile, Grande Oficial  
2001 Ministro de Primeira Classe em 29 de dezembro  
2002 Orden Nacional al Mérito, Equador, Grã-Cruz  
2002 Ordre de la Légion d'Honneur, França, Comendador  
2002 Ordem ao Mérito da República da Polônia, Polônia, Comendador com Cruz  
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz  
2003 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial  
2003 Medalla de la República Oriental del Uruguay, Uruguai, Comendador  
2003 Orden Mexicana del Aguila Azteca, México, Grã-Cruz  
2003 Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, Brasil  
2003 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz  
2003 Orden de Mayo, Argentina, Grã-Cruz  
2003 Orden Al Mérito Civil, Espanha, Grã-Cruz  
2003 Ordem El Sol del Peru, Peru, Grã-Cruz  
2003 Ordem de Manuel Amador Guerrero, Panamá, Grande Oficial  
2003 Ordem Real ao Mérito, Noruega, Grande-Oficial  
2004 Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador  
2004 Medalha Mérito Segurança Pública e Defesa Social, Governo do Distrito Federal, Brasil  
2006 Orden de Mayo Al Mérito, Argentina, Grã-Cruz  
2007 Ordem de Danebrog, Dinamarca, Grande-Oficial

  
**DENIS FONTES DE SOUZA PINTO**  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

## INFORMAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Criada em 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA) está sediada em Washington, D.C., EUA, e tem como propósitos primordiais promover a paz, a segurança do continente e a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que porventura surjam entre os Estados membros; organizar a ação solidária destes em caso de agressão; buscar a solução aos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surjam entre seus membros; promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural; combater a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos países do hemisfério, entre outras iniciativas que visem ao bem-estar e ao desenvolvimento socio-econômico dos países da região.

2. Conformam a estrutura institucional da Organização, de acordo com o artigo 53 de sua Carta constitutiva, a Assembléia Geral; a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; os Conselhos; a Comissão Jurídica Interamericana; a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; a Secretaria Geral; as Conferências Especializadas; e os Organismos Especializados.

3. Atualmente, os membros da OEA são Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (cujo governo está suspenso desde 1962), Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

4. A atuação do Brasil naquele foro é definida, como de hábito, pelos objetivos da política externa brasileira, e se desenvolve em praticamente todas as frentes, com particular atenção à promoção da democracia, da governabilidade, dos direitos humanos, da paz, da segurança, da cooperação e do desenvolvimento hemisféricos; à expansão do comércio; à sustentabilidade ambiental; e ao combate à pobreza, ao crime organizado e à corrupção.

5. A **contribuição do Governo brasileiro** à OEA é realizada em duas categorias: a contribuição anual ao orçamento regular (US\$ 6.382.000 em 2007), bem como a contribuição aos fundos voluntários (cerca de US\$ 50.000 em 2007, para as Missões de Observação Eleitoral).

6. Dentre os principais programas da Organização, cabe ressaltar o de **promoção da democracia**, que auxilia no fortalecimento das instituições eleitorais, municipais e legislativas dos países-membros e promove programas de promoção de educação democrática. Quanto à atuação política no continente, a OEA contribui também para dar credibilidade aos processos democráticos nacionais, já tendo enviado missões de observação eleitoral para monitorar cerca de 50 pleitos e consultas em diferentes países do Hemisfério, dos quais os mais recentes se realizaram, em 2008, na Bolívia, Granada, República Dominicana e Paraguai e, em 2007, na Guatemala, Colômbia, Costa Rica e Equador. O Brasil participa ativamente dessas Missões, seja com recursos, seja com pessoal.

7. Na área de **segurança** destacam-se, na agenda da Comissão de Segurança Hemisférica, a coordenação política dos assuntos afetos a defesa e segurança, como as medidas de aumento da confiança e da segurança entre os integrantes, a implementação das Convenções Interamericanas sobre o assunto e o Programa de Educação para a Paz. Também fazem parte da agenda as preocupações de segurança dos Pequenos Estados Insulares e o programa de retirada de minas terrestres da América Central. Em 2003, o Brasil teve atuação influente na Conferência Especial sobre Segurança das Américas (Cidade do México, 27 e 28.10.2003), no sentido de promover a elaboração de um documento final equilibrado, que não se limitasse a enfatizar aspectos que fossem do interesse exclusivo de um ou outro país. Desde a década de 1990, o Brasil vem participando, inclusive em nível de chefia, com integrantes do Exército e da Marinha, da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central (MARMINCA) e da Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS). O Brasil ocupa a Presidência da Junta Interamericana de Defesa (JID) desde junho de 2006.

8. Com relação aos **direitos humanos**, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos oferecem aos cidadãos do Hemisfério recursos para a investigação de casos de violação de tais direitos. A Comissão realiza visitas aos países e publica relatórios, além de ser a instância do sistema interamericano de direitos humanos à qual indivíduos e ONGs têm acesso direto para apresentar denúncias de violações. A Corte Interamericana de Direitos Humanos processa e julga casos de violações que lhes sejam trazidos pela Comissão ou por Estado-Parte da Convenção Americana de Direitos Humanos em relação aos Estados-Partes que lhes hajam reconhecido a jurisdição obrigatória, além de emitir opiniões consultivas sobre as normas interamericanas de direitos humanos. O Brasil

reconheceu, em dezembro de 1998, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relacionados com a interpretação e aplicação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, fato que reforça a firme disposição do Governo brasileiro em fortalecer o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos.

9. O combate aos **ilícitos transnacionais** (tráfico de drogas e de armas, corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado transnacional e terrorismo, entre outros) também é objeto de atividades na OEA. A Comissão Interamericana Contra o Abuso de Drogas (CICAD) trabalha com os governos no fortalecimento do sistema legal, oferece treinamento em programas de prevenção, apoia a substituição de cultivos agrícolas e busca aprimorar o sistema de informações judiciárias e policiais. Por meio de grupos de peritos, a CICAD vem examinando formas de combater diversos delitos conexos ao de narcotráfico. O combate à corrupção é da alçada do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (MESICICC). É nesse âmbito que os Estados têm se coordenado, o que vem resultando em significativa cooperação na matéria. O Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), criado em 1998, estava em estado de dormência até setembro de 2001. Na Reunião de Consulta realizada depois de 11.09.2001, os Chanceleres do Hemisfério decidiram colocar o CICTE em funcionamento. O CICTE vem ampliando sua área de atuação a temas conexos ao terrorismo, como os crimes cibernéticos e os controles fronteiriços, e vem consolidando-se como foro hemisférico para discussão de medidas de prevenção e combate ao terrorismo. O Brasil tem participação ativa em todos esses foros.

11. Outro tema de interesse é a proteção ao **meio ambiente**. A OEA vem desenvolvendo programas técnicos em áreas como do manejo de bacias hidrográficas, preservação da biodiversidade, gerenciamento de zonas costeiras e prevenção contra desastres naturais.

12. Realizar-se-á em Port of Spain, Trinidad e Tobago (abril de 2009), a V Cúpula das Américas, com o título "**Assegurar o Futuro de Nossos Cidadãos por meio da Promoção da Prosperidade Humana, da Segurança Energética e da Sustentabilidade Ambiental**". A Delegação brasileira à reunião deverá ser chefiada pelo Presidente da República e contará com a presença de outras autoridades do Governo Federal.

DEA, 08.09.2008

Aviso nº 851 - C. Civil.

Em 22 de setembro de 2008.

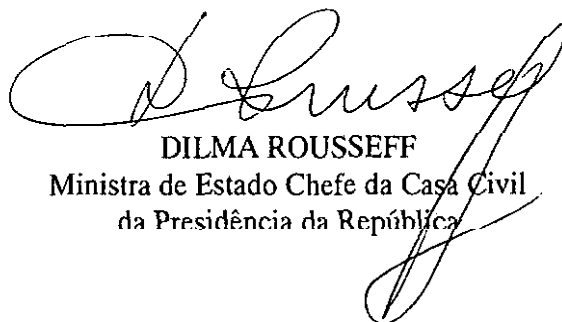
A Sua Excelência o Senhor  
Senador EFRAIM MORAIS  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUY DE LIMA CASAES E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

Publicado no **Diário do Senado Federal**, 25/9/2008.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:15505/2008)